



**FACULDADE MARIA MILZA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ELIZABETH SANTOS ALVES ANDRÉ

**UM OLHAR SOBRE OS FATORES CAUSADORES DA EVASÃO ESCOLAR NAS
TURMAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DO RECÔNCAVO BAIANO**

GOVERNADOR MANGABEIRA-BA

2017

ELIZABETH SANTOS ALVES ANDRÉ

**UM OLHAR SOBRE OS FATORES CAUSADORES DA EVASÃO ESCOLAR NAS
TURMAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DO RECÔNCAVO BAIANO**

Trabalho de Monografia apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Maria Milza, como requisito para avaliação da disciplina de trabalho de conclusão de curso (TCC II).

Orientadora: Profª Ma. Denise Pimenta da Silva Oliveira

GOVERNADOR MANGABEIRA-BA

2017

Dados Internacionais de Catalogação

A555o	<p>André, Elizabeth Santos Alves</p> <p>Um olhar sobre os fatores causadores da evasão escolar nas turmas de educação de jovens e adultos em uma escola municipal do recôncavo baiano / Elizabeth Santos Alves André. – Governador Mangabeira – Ba, 2017.</p> <p>31 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Ma. Denise Pimenta da Silva Oliveira</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Maria Milza, 2017.</p> <p>1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Evasão Escolar. 3. Educação Pública. I. Oliveira, Denise Pimenta da Silva. II. Título.</p> <p>CDD 374</p>
-------	---

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	A MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL.....	09
2.1	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	09
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EJA NA ATUALIDADE.....	15
2.3	POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS (EJA) NO ESTADO DA BAHIA.....	17
2.4	EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	18
3.	EVASÃO ESCOLAR NA EJA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO RECÔNCAVO BAIANO.....	21
3.1	EVASÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA MUNICIPAL.....	22
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS.....	29

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter concedido alcançar mais uma conquista em minha vida.

A todos os meus familiares, pelo apoio e compreensão ao longo destes anos.

À minha orientadora, professora Denise Pimenta, e à professora Josemare Pinheiro, pela colaboração no desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

A educação de Jovens e Adultos (EJA) atende pessoas que não tiveram oportunidade de concluir o ensino fundamental na idade adequada, conforme previsto na Lei 9.394/96. Um dos desafios enfrentados pelos docentes e gestores dessa modalidade de ensino é o elevado número de alunos que deixam de frequentar as aulas durante o ano letivo, gerando, assim, um alto índice de evasão. Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo geral investigar os fatores que causaram a evasão escolar na turma do 1º ano do Ensino Fundamental da EJA, em uma unidade escolar municipal do Recôncavo Baiano. Especificamente, buscou-se levantar o perfil dos alunos que adentram na EJA e os motivos que os levaram ao ingresso nessa modalidade para continuidade de seus estudos; averiguar a existência de possíveis medidas de controle, acompanhamento e conhecimento das razões para nova desistência dos estudos por esses alunos junto à gestão escolar e; por fim, identificar as possíveis ações promovidas por docentes e direção para combater a evasão em turmas da EJA do 1º ano do Ensino Fundamental na escola investigada. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa. Classifica-se como descritiva em relação aos seus objetivos. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com a vice-diretora e coordenadora, responsáveis pela EJA na unidade pesquisada. Considerou-se como recorte temporal o ano letivo de 2016 e 2017. Para aporte teórico, foram considerados autores como: Freire (1996), Gadotti (2007). Os resultados indicam que o descaso por parte das autoridades em resolver o problema com a evasão escolar está longe de uma solução.

Palavras Chave: Evasão Escolar; Educação de Jovens e Adultos; Educação Pública.

INTRODUÇÃO

A educação consiste em um processo para integração do homem na sociedade. O Ensino Fundamental é um direito assegurado pela lei 9.394/96 a todo indivíduo, que tem como propósito garantir uma mínima formação para a vida pessoal, social e política, de todos os cidadãos.

Para atender as necessidades daqueles que não conseguiram acessar a educação na infância e/ou seguir o fluxo regular de escolarização, no Brasil existe a oferta da Educação de Jovens e Adultos. A EJA é uma modalidade de ensino da educação básica que visa à formação do aluno jovem, adulto ou idoso que não teve acesso ou continuidade aos estudos nos níveis fundamental e/ou médio na idade própria. Assegurada pela Lei nº 9.394/96, em seu art. 37, a EJA destina-se, ao público com idade a partir de 15 (quinze) anos, nos casos de acesso ao Ensino Fundamental e a partir de 18 (dezoito) anos ao Ensino Médio, (BRASIL, 1996).

O público atendido nas escolas da EJA é composto por alunos que chegam com experiências de vida do seu cotidiano que deveriam ser levadas em consideração pelos docentes para o aproveitamento e planejamento de suas metodologias a serem aplicadas em sala de aula.

No entanto, os desafios para funcionamento dessa modalidade são diversos, como precárias condições de trabalho para os docentes, desqualificação e desinteresse dos profissionais para atuar nessa modalidade específica, descaso por parte das autoridades competentes, além da baixa frequência dos alunos nas aulas.

A evasão escolar já consiste em um problema enfrentado pelas escolas, de modo geral. No entanto, a EJA, em suas turmas do Ensino Fundamental vem enfrentando esse desafio com mais veemência. Sendo assim, o presente trabalho traz como objeto de estudo os fatores que levam os alunos da EJA ao abandono das aulas, comprometendo o ano letivo e o seu processo educativo.

Assim, propõe-se como questão central: quais fatores causaram a evasão nas turmas do 1º ano do Ensino Fundamental da EJA em uma unidade escolar municipal no Recôncavo Baiano, no ano de 2016?

O objetivo geral consiste em: Investigar os fatores que causaram a evasão escolar na turma do 1º ano do Ensino Fundamental da EJA em uma unidade escolar municipal do Recôncavo Baiano. Os objetivos específicos são: levantar o perfil dos alunos que adentram na EJA e os motivos que os levaram ao ingresso nessa

modalidade para continuidade de seus estudos; Averiguar a existência de possíveis medidas de controle, acompanhamento e conhecimento das razões para nova desistência dos estudos por esses alunos junto à Gestão escolar; Identificar as possíveis ações promovidas por docentes e direção para combater a evasão em turmas da EJA do 1º ano do Ensino Fundamental na escola investigada.

Neste estudo, reconhece-se a educação de um povo como fundamental para os campos, econômico, político e cultural de um país. Informações sobre a taxa de analfabetismo no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) 2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que o Brasil reduziu o número de analfabetismo em 4,3 pontos percentuais entre 2001 e 2014. De acordo com a pesquisa, a taxa de analfabetos entre 15 anos ou mais foi estimada em 8,3%, o que representa cerca de 2,5 milhões de analfabetos a menos, em relação a 2001. Ainda segundo a pesquisa de 2004 a 2014, a região Nordeste teve a maior redução do analfabetismo, em 5,8 pontos, passando assim de 22,4% para 16,6 de sua população, continuando a ser a região com maior número de analfabetos. Entretanto, em números absolutos, o total de analfabetos no Brasil hoje é de (13,3 milhões), para todas as regiões do país. (IBGE, 2010).

Considerando-se os dados acima, observa-se a necessidade de investimento tanto em ações de Alfabetização quanto na garantia de continuidade dos estudos através da oferta bem estruturada da EJA.

A escolha do tema se deu, não em busca de uma solução para o problema da evasão escolar, mas para conhecer os fatores que causam a desistência dos alunos em uma instituição de ensino municipal do Recôncavo Baiano. Essas informações podem contribuir para que a Secretaria de Educação do município, a escola e seus professores possam pensar e definir políticas e ações de combate às causas da evasão escolar em turmas da EJA do ensino fundamental do 1º ano do Ensino Fundamental, em uma das Instituições municipais.

É importante contribuir com o desenvolvimento da educação desses jovens e adultos, a fim de que essa modalidade de ensino venha ter um significado em suas vidas, para uma formação indispensável na vida social, econômica, e para que possam ser incluídos na sociedade.

A metodologia usada foi de abordagem qualitativa e quanto aos objetivos, optou-se pelo estudo descritivo. Foi feita uma pesquisa de campo com realização de

entrevista semiestruturada com a coordenadora e a vice-diretora, responsáveis pelo Ensino Fundamental da EJA em uma escola municipal do recôncavo baiano.

O trabalho está estruturado em 3 seções:

No capítulo 1, apresenta-se a introdução na qual estão expostos termos relevantes à temática da evasão escolar, descrição do problema, objetivos, justificativa e metodologia aplicada na pesquisa.

No capítulo 2, expõe-se de forma sucinta a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresentando significado do conceito e concepções que analisam pesquisa e estudam a temática, e um breve panorama da evasão escolar no sistema de ensino brasileiro.

Foi organizado a partir das informações levantadas, com a vice-diretora e coordenadora responsável pela escola, com descrição das principais causas da evasão escolar, com enfoque nos fatores causadores da evasão dos alunos do 1º ano do ensino fundamental da EJA.

A pesquisa de campo apresentando os dados coletados pela entrevista através de questionário, análise dos resultados obtidos junto da coordenadora e vice-diretora de um colégio da rede municipal em uma escola situada no recôncavo baiano, identificando suas concepções sobre a evasão escolar e suas causas.

No capítulo 3, está às considerações finais e desenvolvimento da pesquisa e os resultados obtidos.

2 A MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

Os teóricos que serão citados no corpo desse trabalho vêm contribuir com a fundamentação da pesquisa sobre a evasão escolar nas turmas da EJA do 1º ano do Ensino Fundamental em uma instituição municipal do Recôncavo Baiano.

Nesse capítulo, expõe-se de forma sucinta a história da EJA iniciada no Brasil-Colônia, as etapas e reformas que essa modalidade passou até os dias de hoje e a sua importância para a sociedade no combate ao analfabetismo no país.

Em seguida, serão discutidos os conceitos e aspectos da evasão escolar da EJA.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A história da educação brasileira tem início com a chegada dos Jesuítas ao Brasil aproximadamente em 1549, orientados pela Coroa Portuguesa para catequizar os indígenas. As aulas de alfabetização e o ensino da língua portuguesa eram direcionados aos indígenas adultos, e as crianças, mas não a todas, (STRELOW, 2010).

Eram escolhidos os filhos dos caciques, pois não havia condições de ensinar a todas as crianças. O interesse era religioso, além de preparar aliados para dominar os índios adultos, bem como, se protegerem de possíveis ataques dos índios que não estavam sob o domínio deles, (PAIVA, 2015).

Os espaços onde as aulas eram oferecidas foram abertos em diversas localidades do país, como: São Vicente, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco. Os jesuítas tiveram um papel importante no ensinamento e catequização dos indígenas. Mas, os Franciscanos fizeram o mesmo papel, sendo que, além de ler e escrever ensinavam trabalhos manuais. Nesse período Colonial a educação estava nas mãos dos religiosos. Os Jesuítas ficaram no comando da educação brasileira até meados do século XIX, (PAIVA, 2015).

Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759, acabam as aulas para as classes menos favorecidas, mas atinge-se diretamente a elite, pois o ensino dos padres Jesuítas foram se transformando em ensino para camada burguesa. Quando foram expulsos havia no Brasil diversos seminários e 24 colégios para atender as classes burguesas, (PAIVA, 2015).

Após a Independência, o império passou a ser o responsável pela educação. As “aulas régias” (Latim, grego, filosofia) da política pombalina, ficam direcionadas aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos). As mulheres, a classe popular, negros e indígenas, ficam sem escolas, (PAIVA, 2015).

Com a Constituição de 1824 a educação garantia a todos a instrução primária. Isso não acontece nesse período, pois a lei não saiu do papel, (PAIVA, 2015).

A partir do Ato Constitucional de 1834, o Império passa a responsabilidade de ofertas das escolas públicas e secundária para as províncias, visando atender a classe popular, em especial os jovens e adultos. Como as províncias não tinham recursos para investir nas escolas que agora estavam sob sua responsabilidade, ficou a educação comprometida, e o desenvolvimento do ensino não aconteceu no período Imperial, (PAIVA, 2015).

A situação se estende até boa parte do período republicano. Em virtude disso, a educação das camadas populares foi se desenvolvendo de maneira desigual nas regiões do país, (PAIVA, 2015).

Para Freire (2008), a elite burguesa do período Imperial não esperava encontrar do governo anterior uma educação que fosse agradar a eles. A História da educação começa a ser formada a partir desse período, antes da posse do Governo Imperial. Nessa época a educação era apenas para uma pequena parte, a população de classe inferior não tinha direito ao ensino.

Com esse histórico, o Brasil vai mantendo um grande contingente de pessoas sem escolarização e o analfabetismo em níveis extremamente elevados.

Em 1879, houve a Reforma Leôncio de Carvalho na qual o indivíduo analfabeto era considerado incompetente. A Lei Saraiva de 1881 vem apoiar a reforma de Leôncio de Carvalho restringindo o direito ao voto às pessoas letradas. Já em 1882, os indivíduos tidos como analfabetos eram considerados incapazes, (STRELHOW, 2010).

Em 1889, ocorre a proclamação da República liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Em 1891, é proclamada a primeira Constituição que mantém a restrição do direito ao voto a pessoas alfabetizadas ampliando a limitação do direito ao voto somente às que tivesse condições financeiras, o que era uma pequena parte da população, (STRELHOW, 2010).

Assim, a Constituição Republicana foi construída com base nas reformas anteriores, onde o voto era para poucos e os analfabetos não podiam exercer sua cidadania, (PAIVA, 2015).

No início do século XX, as pessoas que não eram alfabetizadas, às quais a educação foi negada durante toda a formação da sociedade brasileira, são acusadas pelo subdesenvolvimento do país. Em 1915, a Liga Brasileira foi criada para o combate ao analfabetismo e estabilizar as instituições republicanas. Essa estabilidade era em torno da reestruturação das escolas primária brasileira que aconteceu nas primeiras décadas da república sendo um processo político social que fazia parte integrante entre as políticas estaduais e o desenvolvimento do nacionalismo, (STRELHOW, 2010).

Nesse mesmo período, a Associação Brasileira de Educação (ABE), procurava resolver a situação do analfabetismo no Brasil, considerada pela sociedade uma praga que deveria ser combatida. A ideia era fazer do indivíduo uma pessoa alfabetizada que pudesse colaborar com o desenvolvimento do Brasil (STRELHOW, 2010).

O Plano Nacional de Educação (PNE) criado em 1934 foi o primeiro plano na história da educação do país que tratou da educação de jovens e adultos dando atenção específica para essa modalidade de ensino, favorecendo a todos o direito de uma educação de qualidade, assegurando ainda o ensino primário integral obrigatório e gratuito, (PAIVA, 2015).

Na década de 1940 e 1950, a educação de Jovens e Adultos passa a ter prioridade. A partir de estudos e pesquisas realizadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) foi criado o Fundo Nacional do Ensino primário com a finalidade de ampliar tanto a educação primária como o ensino para adolescentes e adultos, (PAIVA, 2015).

A Primeira Campanha de Educação de Jovens e Adultos foi criada pelo Governo Nacional em 1947, para o combate ao analfabetismo, oferecendo curso primário divididos em etapas, com duração de sete meses. Nesse curso o aluno era treinado para uma profissão.

Em 1952 a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), foi criada para moradores da zona rural. No II Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1958, realizado no Rio de Janeiro, iniciam-se as primeiras discussões de um método pedagógico no ensino de Jovens e Adultos. No Seminário Regional em Recife,

Paulo Freire passa a ser conhecido com sua modalidade pedagógica, (GADOTTI, 2007).

Já no final da década de 1950 e início de 1960, acontece uma mobilização social envolvendo diversos setores voltados à educação de adultos, como: Movimento de Educação de Base (1961), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento de Cultura Popular do Recife em 1961. Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no Chão também se Aprende (Prefeitura de Natal). Esses movimentos foram influenciados pela pedagogia freiriana, que considerava o analfabetismo não como a situação de pobreza mais como efeito de uma sociedade injusta e não de igualdade, (GADOTTI, 2007).

Esses movimentos procuravam reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular reconhecendo o indivíduo não analfabeto como produtora de conhecimento.

A Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) foi criada em 1958, e extinta em 1963, por ser inadequada a alfabetização de pessoas adultas, que ocorria num período de tempo curto, e os materiais pedagógicos, não eram específicos para aprendizagem desses indivíduos e a sua diversidade regional.

Na mesma época Paulo Freire é indicado a elaborar o Plano Nacional de Analfabetismo junto ao Ministério da Educação. Porém, em 31 de março de 1964 com o Golpe Militar o plano foi encerrado, (GADOTTI, 2007).

Segundo Gadotti (2007, p. 35), a “história da educação de adultos no Brasil poderia ser dividida em três períodos”. São eles:

1º De 1946 a 1958, onde foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de “cruzadas”, sobretudo para “erradicar o analfabetismo”.

2º De 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a participação de Paulo Freire. Partiu daí a ideia de um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964, depois de um ano de funcionamento.

3º O governo militar insistia em campanhas como a “Cruzada do ABC” (Ação Básica Cristã) e posteriormente, com o MOBREAL, (GADOTTI, 2007, p. 35-36).

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) ficou marcado na história da EJA. O Mobral foi criado no Governo Militar em 1967, para alfabetizar aqueles que ainda não eram alfabetizados.

Em 1989, foi criada a comissão Nacional de Alfabetização tendo como coordenador dessa comissão Paulo Freire, com a ideia de preparar o ano Internacional da Alfabetização em 1990, (GADOTTI, 2007).

Para Freire (1996), um dos piores males que o poder público vem fazendo ao cidadão, no Brasil historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é de fazer muitos correrem o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansada, cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. “Não há o que fazer” é o discurso acomodado que contra isso não se pode fazer nada, (FREIRE).

Na visão do autor, o poder público tem sua parcela de culpa com relação ao Desenvolvimento da educação, os governos responsáveis pelo desempenho e evolução da educação, poderiam fazer bem mais para o desenvolvimento da educação do país é o que não acontece, ao contrário não querem enxergar os problemas existentes, na educação os mesmos discursos acomodados como relata Freire, e os profissionais da área e o povo não podem fazer nada contra esse descaso dos poderes competentes.

Com a Constituição de 1988, muda a história da educação no país favorecendo também a educação de jovens e adultos. A nova Constituição prevê que todas as pessoas tenham acesso à educação, com reforço na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, (BRASIL, 1998; 1996).

O Plano Nacional de Educação para Todos também incluiu a EJA como modalidade de ensino. A Resolução CNE/CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a qual traz o direito de jovens e adultos a ter uma educação assegurada por lei, dando oportunidade a uma educação gratuita, (BRASIL, 2013).

O art. 37 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, diz que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, (BRASIL, MEC, 2013).

Assim, a LDBEN e as Diretrizes Curriculares da EJA situam a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino no Brasil, atingindo todos os

níveis da Educação Básica do país. A EJA destina-se a jovens e a adultos que não puderam ou não tiveram oportunidade de frequentar a escola, e aqueles que, não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e Médio na idade apropriada.

O governo determina a idade mínima de 15 (quinze) anos para o ensino Fundamental e de 18 (dezoito) anos para o Ensino Médio.

No entanto, as vagas oferecidas pelas Instituições aos alunos da EJA, no país vêm sofrendo sérios problemas com a queda de matrículas que aumentam a cada ano, em 2014 os números de matrículas foi aproximadamente 3,5 milhões, é um número considerado baixo com referência as vagas oferecidas a esses alunos da EJA. Em algumas regiões do país os jovens com idade entre 15 e 19 anos, ainda estão fora de sala de aula, comprometendo o desenvolvimento educacional desses alunos, e a modalidade de ensino EJA. (BRASIL, 2016).

Desta forma, no início século XXI no Brasil, encontramos um alto índice de reprovação, abandono escolar, distorção idade-série, dados que foram apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, em relação ao Fluxo Escolar. Os dados apresentados na pesquisa da SAEB são diferentes nas Regiões do país, no Nordeste, por exemplo, a distorção idade série, entre as crianças de 10 anos de idade, que deveriam está na 4ª série, a taxa de defasagem é de 58%, na região Sul é de 25% e Sudeste de 32%, esse número de distorção idade-série no ensino fundamental afeta um terço das crianças em idade escolar. Com relação ao abandono escolar o problema ainda é grave nas séries iniciais do ensino fundamental, com 9,1%, dos alunos, (contra 15,1%) de reprovados. Em algumas regiões do país o abandono da 1ª à 6ª série do ensino fundamental, e a partir da 7ª série é o abandono escolar que supera a reprovação, (BRASIL, INEP, 2005).

Conforme Parecer CNE/CNB 11/2000, a EJA, representa para a sociedade uma dívida com aqueles que não puderam ter acesso à escola, que não tem domínio da leitura e escrita, para sua integração social.

Ser privado do acesso à escola é de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença de 04 Alterações no Artigo 208 (Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro 2009). Significativa na convivência social contemporânea, (BRASIL/MEC, 2000).

A integração do indivíduo no espaço escolar vem resgatar na vida dessas pessoas seus direitos como cidadão, que durante o decorrer da longa história da

educação de nosso país foram excluídas. Esse acesso é uma forma de reparo do princípio de igualdade, (BRASIL, 2000).

O Parecer CNE/CEB 11/2000 de acordo com a Lei 9.394, de 1996 (LDBEN) a EJA passa a ser uma modalidade de ensino da educação, que fundamentam a questão das funções da EJA, chamadas de função reparadora e de qualificação. Isso significa que a EJA buscar qualificar o indivíduo para sua integração na sociedade, no campo profissional e econômico, dando oportunidade de uma vida com dignidade, (BRASIL, 2000).

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EJA NA ATUALIDADE

Nos Estados brasileiros a educação foi organizada seguindo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996 que determina à União, ao Distrito Federal, Estados e Municípios, que organizem seu sistema educacional, (BRASIL, 2013).

A educação está dividida em dois níveis: Educação Básica, compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e a Educação Superior. Na Educação Básica, a oferta de cada etapa pode corresponder a uma ou mais modalidades de ensino, como: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e a Educação a Distância, (BRASIL, 2013).

A oferta do Governo Federal para essas modalidades de ensino vem sendo comprometida por falta de profissionais especializados em cada área específica, como é o caso da EJA, (BRASIL, MEC, 2013).

Para atuar junto a essas modalidades, os professores devem ter uma formação pedagógica que atenda às necessidades exigidas pela política educacional, e possam conduzir o cidadão em seu processo educativo. A formação do homem depende desses profissionais, enquanto condutores do seu aprendizado.

Essa responsabilidade deve ser prevista pelos sistemas educativos e por eles deve ser assumida, no âmbito da atuação de cada sistema, observando o espaço, para que seja:

- I - rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os Jovens e Adultos;
- II - provido suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;
- III - valorizada a realização de atividades e vivências, socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;
- IV - desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;
- V - promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando à maioria participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho;
- VI - realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos, (BRASIL, 2013).

O art. 37º da LDBEN Lei 9393/96, traduz os fundamentos da EJA ao atribuir ao poder público à responsabilidade de estimular e viabilizar o acesso e permanência do trabalhador na escola, com ações de integração e complementação, mediante cursos gratuitos a esses Jovens e Adultos, que não tiveram oportunidade de efetuar seus estudos na idade regular, proporcionando-lhes oportunidades educacionais, considerando as suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames, (BRASIL, 2013).

A Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional e, em sua seção V trata da Educação de Jovens e Adultos no paragrafo:

- 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
- Art. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
- Paragrafo 1º Os exames a que refere este artigo realizarão:
 - I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
 - II – no nível de conclusão do ensino médio, os maiores de dezoito anos, (BRASIL, 2013).

A proposta do governo visa à permanência do trabalhador na escola com oferta de conclusão do ensino fundamental para jovens maiores de quinze anos e médio para pessoas maiores de dezoito anos, assim esses alunos tem a oportunidade de concluir seus estudos, garantido por lei aos trabalhadores que não tiveram condições de permanecer na escola regular.

2.3 POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO ESTADO DA BAHIA

A Educação de Jovens e Adultos a nível federal têm a Constituição, a LDBEN e as Diretrizes Curriculares, abrangendo todos os campos da educação Básica do país, direcionando a educação brasileira. E o governo estadual da Bahia elaborou uma proposta para funcionamento da EJA no Estado desde o ano de 2009, que contou com a participação de diversos órgãos em sua organização, oferecendo apoio às instituições em sua organização de trabalho pedagógico.

Como participantes na elaboração do documento das Políticas da Rede Estadual, 2009, participaram:

Educadores, educandos (as), gestores e coordenadores pedagógicos das Diretrizes Regionais de Educação – DIREC, representantes do Fórum Estadual de EJA, que são: Universidades (Universidades do Estado da Bahia – UNEB e Universidade Federal da Bahia – UFBA), Movimento Sociais (Movimento de Educação de Base – MOVA), Sistema S (Serviço Social da Indústria – SESI), Organização Não-Governamental (Centro de Estudos e assessoria Pedagógica) – (CEAP), Gestão Pública (Secretaria de Educação do Estado – SEC/BA e Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SME/SSA) Fórum Regional da EJA, com participação do Conselho Estadual de Educação (CEE), para garantir as exigências legais que regem a educação do país. Assim foi elaborada a Política de Educação de Jovens e Adultos da Bahia, (BAHIA, 2009).

A proposta pedagógica da EJA na Bahia garante a Educação Básica aos Jovens e Adultos. O público atendido por essa modalidade de ensino são pessoas de baixa renda, assalariados, trabalhadores do mercado informal, e do setor doméstico.

O documento da Política Estadual informa concepções sobre os princípios teórico-metodológicos, orientando o trabalho na estrutura curricular dos termos formativos direcionando e avaliando saberes construído fora da escola pelos educandos da EJA.

Assim, os anos iniciais da EJA, no nível do Ensino Fundamental são divididos em Eixos Formativos, como Eixo I, composto pelas disciplinas de Língua Portuguesa, com carga horária de cinco horas semanais, Matemática, quatro horas, ciências, História e Geografia, três horas, Arte e Atividades Laborais com duas horas semanais, (BAHIA, 2009).

Ao trabalhar as práticas pedagógicas, em uma sala EJA, o professor deve estar atento para não criar nenhum tipo de constrangimento que leve o aluno a se sentir diminuído, por isso essas práticas devem se adequar ao processo de ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos, já que eles viveram mais que as crianças e já “leram” muita coisa do mundo, o que aumenta a chance de sua bagagem estar repleta de saberes. (MARTINS, 2013, p.148).

O Estado da Bahia compreende a EJA enquanto modalidade apropriada a “jovens e adultos trabalhadores”, atendendo a jovens (a partir dos 18 anos), adultos e idosos, considerando que:

1 - De acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), considera-se criança a pessoa com até doze anos de idade incompleto, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade incompletos, e adolescentes entre doze e dezoito anos de idade.

2 - Programas do Governo Federal, a exemplo PROJOVEM no Campo e PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) delimitam a participação a jovens sempre a partir de 18 anos, (BAHIA, 2009).

O Governo do Estado da Bahia baseia-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar a idade da criança e adolescente, que pode frequentar a EJA, respeitando a idade do jovem para os cursos oferecidos para essa modalidade de ensino. As pessoas com direito a EJA são jovens, adultos e idosos; mulheres e homens que vivem nas cidades e nos campos, (BAHIA, 2009).

2.4. EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As ações, programas e políticas da educação básica tem como propósito consolidar dinâmicas e processos de gestão nos níveis político, administrativo, visando o cumprimento das metas contidas na Constituição Federal de 1988. Em seu “artigo 60 e paragrafo 6º” estabelece a universalização do ensino fundamental e a “erradicação” do analfabetismo, (BRASIL, 2005).

Segundo indicadores de uma análise do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB de 2003 informam alguns dados de exclusão encontrados nas escolas brasileiras, que apontam, o índice de reprovação dos alunos do ensino fundamental, de 24.8%, sendo 13.3% da 1ª e 4ª série e da 5ª série e 8ª de 11.5%, esses dados é de alunos reprovados no ensino fundamental do país. Outro quadro

apresentado pela pesquisa refere-se às taxas de abandono nas quatro primeiras séries que é de 7,5%, e nas séries finais de 12%, (BRASIL, 2005).

A desigualdade social em algumas regiões é uma das questões que deve ser trabalhadas pelas políticas que tentam resolver o problema do fracasso escolar. As desigualdades sociais em alguma das regiões do país apresentam em sua história um elevado nível de pobreza, são os que apresentam no processo avaliativo o pior resultado, (BRASIL, 2005). Nesse sentido,

Aliado ao analfabetismo, que atinge 16,2 milhões de pessoas entre a população de 15 anos e mais, encontra-se cerca de 33 milhões de jovens e adultos que possuem menos de quatro anos de estudos, e 65,9 milhões de jovens que não concluíram o ensino fundamental, (BRASIL, 2005, p. 16).

Essas informações do Ministério da Educação são importantes para esclarecer a situação em que o Brasil ainda se encontra com relação à presença do jovem e adulto na escola. A condição social e material de sobrevivência do indivíduo é uma das causas do fracasso escolar e do alto índice da evasão que costuma acontecer nas séries iniciais do ensino fundamental regular e da EJA, contribuindo com o aumento do analfabetismo. Outros fatores são a precarização de acesso desses alunos a escola, falta de segurança, incompatibilidade de horários entre escola e trabalho, também abandonam as aulas por não gostarem da formação que está sendo oferecida, quando essa não significa mudanças em seu cotidiano, (FERRARI, 2014).

Assim, a evasão escolar significa o abandono das aulas por parte de alunos matriculados. Pode ocorrer nas séries regulares, quando o aluno desiste de seus estudos, e, algumas vezes, efetuam matrículas na EJA, por diversos motivos.

Reconhece-se que a modalidade da EJA tem como objetivo resgatar o indivíduo que não pode ou não teve oportunidade de estudo em sua época apropriada. No entanto, esse direito tem sido comprometido com o problema da evasão escolar na EJA, que cada vez mais se agrava nas regiões do país.

No contexto escolar, a expressão fracasso está relacionada ao mau desenvolvimento na aprendizagem que implica diretamente em evasão escolar, reprovação, repetência e o fracasso do aluno e da escola, segundo (FERREIRA, 1998 *apud* MACHADO, et.al. 2011).

Não se trata apenas de uma questão quantitativa, mas principalmente de refletir os problemas sociais, pois quando jovens e adultos abandonam a escola

procuram outros caminhos para sua trajetória de vida. Um deles é o trabalho informal. Afetando o aluno e sua rede familiar, bem como a sociedade carente, devido à negação dos direitos do cidadão, comprometendo ainda o desenvolvimento do país.

O acesso ao primeiro emprego, quando o jovem consegue ser inserido no mercado de trabalho, pode ocorrer que ele não consiga lidar com a nova situação, de conciliar trabalho e estudo ao mesmo tempo.

Conforme Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) 2012, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a evasão escolar é maior entre adolescentes do que entre crianças, com faixa etária de 06 e 14 anos, temos para o ensino regular nessa faixa etária 1,8% fora das escolas.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de evasão é de 15,9 %. Assim o total de crianças e jovens entre 15 e 17 anos, é de 50%. Segundo a pesquisa o governo pretende resolver o problema da evasão escolar até 2019, segundo o Plano Decenal de Educação, (IBGE, 2010).

Os fatores causadores da evasão escolar na modalidade de ensino da EJA derivam de problemas não só relacionados com alunos. Envolve todo um contexto, partindo da formação dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino. Esses profissionais deveriam ser docentes com preparo para atuar em sala de aula da EJA, a metodologia a ser usada é bem diferente da aplicada ao ensino infantil. (MARTINS, 2013). Segundo Martins, para o Ensino Fundamental regular, temos a Pedagogia, que orienta os docentes em sua trajetória, e para a EJA, a Andragogia.

A Andragogia, característica da aprendizagem de pessoas adultas, difere da Pedagogia por possuir uma didática voltada especificamente para jovens e adultos com contextos educativos muito heterogêneos e diversificados. Contribuir para o entendimento de que tal diversidade, na EJA, engloba três funções, quais sejam: a reparadora, pois permite o retorno à sala de aula desse jovem/adulto; a equalizadora, por permitir que ele volte ao ponto de onde parou, sem qualquer prejuízo; e a função permanente, que propicia a atualização do conhecimento, aquele que vai acompanhá-lo pelo resto de suas vidas e pode ser chamado de qualificadora, (MARTINS, 2013, p.143).

Assim, a EJA requer formas diferentes de ensino, uma metodologia que leve esses alunos a refletir a utilização do aprendizado para seu cotidiano.

3 EVASÃO ESCOLAR NA EJA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Este estudo foi realizado devido à percepção de um alto índice de alunos evadidos da (EJA) em um colégio municipal no recôncavo baiano durante o período em que foi cursado o componente curricular Estágio Curricular Supervisionado II do curso de Pedagogia da FAMAM, desenvolvido nessa mesma modalidade.

A pesquisa de campo foi realizada na mesma unidade escolar a fim de podermos identificar os fatores causadores do abandono escolar por parte dos alunos da EJA.

Os instrumentos utilizados basearam-se em roteiro de entrevista semiestruturado. As coletas de informações foram realizadas com a vice-diretora e à coordenadora responsável pela EJA.

Assim, este capítulo foi organizado a partir das interpretações oriundas das informações levantadas. Inicialmente, a Diretora da escola foi procurada, mas não estava presente no dia da coleta, sendo que a vice é quem costuma estar sempre presente na unidade no turno da noite; enquanto a diretora é responsável pelos turnos matutino e vespertino.

A pesquisa foi realizada em um colégio municipal localizado no Recôncavo Baiano, a instituição atende ao Ensino Fundamental Regular nos turnos vespertino e matutino e à noite funciona com a (EJA). A escola está dividida em: quatro salas de aula, um salão para reuniões, uma sala de gestão, quatro banheiros, um almoxarifado, um pátio, uma cozinha equipada, e uma quadra esportiva. Atualmente, essa é a única unidade escolar que oferece a modalidade de ensino no nível do ensino fundamental.

É composta por quatro salas onde funcionam quatro turmas de EJA, do primeiro ao quarto ano de ensino. Além disso, conta com uma sala para a Direção e Vice Direção, um almoxarifado, uma cozinha com pátio amplo onde os alunos fazem as refeições, quadra esportiva. A escola não possui biblioteca. A quadra pode ser utilizada pelos alunos da EJA, porém sem finalidade pedagógica, já que nenhum professor planeja ou acompanha atividades nesse espaço.

A merenda, de boa qualidade, é preparada na própria escola pela merendeira que atua no diurno e servida pelo auxiliar de serviços gerais que trabalha à noite, antes do início das aulas.

Com os resultados das entrevistas, foi possível levantar o perfil desses alunos, refletir sobre os fatores causadores do abandono escolar na EJA, e as implicações que envolvem os profissionais atuantes nessa modalidade de ensino. Tais aspectos serão expostos a seguir.

3.1 EVASÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

Em 2016, a unidade escolar pesquisada realizou um total de 110 matrículas e em 2017 houve um pequeno aumento nesse número com um total de 130 alunos matriculados.

Para responder ao primeiro objetivo específico, qual seja: levantar o perfil dos alunos que adentram na EJA e os motivos que os levaram ao ingresso nessa modalidade para continuidade de seus estudos foi realizado um levantamento sobre o perfil dos alunos que freqüentam esse nível de ensino na unidade escolar.

De acordo com a vice-diretora responsável pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), os alunos matriculados nessa modalidade de ensino são, em maioria, jovens vindos da escola regular, repetentes do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, com algum envolvimento no mundo das drogas e problemas com a justiça. Na realidade, a maioria é de adolescentes com idade entre 15 a 19 anos. Apenas duas pessoas com idade mais elevada, um senhor com 58 e uma senhora com 63, além de uma aluna com 32 anos.

Quanto aos alunos matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental, mais da metade nunca compareceu à escola. A maioria é de jovens que não sabem ler nem escrever. As pessoas adultas têm acima de 40 anos. Alguns chegaram a frequentar a escola, mas não deram continuidade por falta de oportunidade, pois no local onde moravam não havia escola.

O artigo 37 da LDBEN diz que a EJA destina-se a essas pessoas que não tiveram condições de frequentar a escolar na idade própria e àqueles que querem continuar seus estudos no ensino fundamental e ou médio, (BRASIL, MEC, 2013).

Outra situação bem comum são pais de alunos que chegam para efetuar matrículas para seus filhos menores de 12 e 14 anos com autorização do promotor da cidade. As alegações para essas crianças estudarem no turno da noite na EJA são diversas, segundo a direção da instituição. Por exemplo, mães que se dizem doentes e dependem dos filhos para cuidar delas, crianças com envolvimento com o

tráfico de drogas nas escolas regulares e que não conseguem permanecer em sala de aula. Essas são as principais alegações.

Cabe ressaltar que a orientação legal é de que as matrículas na EJA para o ensino fundamental só podem ser efetuadas por jovens com idade a partir de 15 anos de idade, como diz o Parecer CNE/CEB nº 23/2008, da LDBEN, (Brasil, 2013), e a Proposta Base do Governo do Estado da Bahia, de 2009, (BAHIA, 2009).

Contudo, segundo a vice-diretora, mesmo tendo consciência que esses jovens com idade inadequada para ingressar na EJA, a escola é obrigada a efetuar essas matrículas, obedecendo à ordem judicial.

Ao averiguar a existência de possíveis medidas de controle, acompanhamento e conhecimento das razões para nova desistência dos estudos por esses alunos junto à Gestão escolar, verificou-se que no 1º ano do Ensino Fundamental - nível delimitado para a pesquisa - em 2016, foram efetuadas 27 matrículas, 22 alunos frequentavam as aulas no início do período letivo. Apenas 8 alunos concluíram o ano letivo, o que equivale a apenas 30% do total de matriculados. Ou seja, a evasão foi da ordem de 70%.

Em 2017, foram matriculados 30 alunos no 1º ano e, de acordo com informação da direção, o número de jovens matriculados no 3º e 4º ano da EJA superaram as vagas oferecidas pela instituição. Porém, a frequência dos alunos do 1º ano começou a cair já no início das aulas, pois, somente a metade está frequentando a escola.

Com esses números de matrículas e desistências, fica claro o elevado nível de abandono das aulas por parte dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental da EJA. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o Governo Federal pretende resolver o problema da evasão escolar até 2019, conforme consta no Plano de Educação, (IBGE, 2010).

A direção da EJA alega a falta de apoio da Secretaria de Educação do município para os problemas que a escola enfrenta com alunos no contexto da evasão escolar. Observa-se a falta de iniciativa desses gestores em relação a projetos que envolvam esses jovens com objetivo de ajudar a diminuir a taxa de evasão.

Na visão das professoras, as causas da evasão escolar são diversas. Os principais fatores são o envolvimento com as drogas, seguido pelas oportunidades de trabalho devido à abertura das fábricas de licor da cidade que recruta esses

jovens. Essas atribuições aos alunos são fatos reais, mas o despreparo das docentes também é um dos motivos como foi possível observar com o estágio feito na EJA, os alunos são tratados como crianças, a metodologia usada pela professora do 1º ano do Ensino Fundamental é a mesma usada para o Ensino Fundamental regular não existe um planejamento didático, para aplicação de conteúdos.

No entanto, o despreparo dos profissionais é aparente, pois ao perguntar sobre a concepção pedagógica ou as teorias pedagógicas que orientam o trabalho pedagógico na EJA, a coordenadora e a vice-diretora não souberam responder.

Quanto à estrutura curricular da EJA, adota-se a mesma do ensino regular. Isso sempre aconteceu, as dirigentes não tinham conhecimento sobre a proposta da EJA do Governo do Estado da Bahia, que orienta os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino.

A Proposta da EJA do Governo Estadual orienta a organização do currículo escolar que permita práticas dialógicas e emancipatórias e a estrutura curricular dos termos formativos, também direciona avaliação dos saberes que são construídos fora da sala de aula, dos alunos da EJA. Direcionando ainda o trabalho coletivo e ao respeito às especificidades da vida de jovens e adultos, (BAHIA, 2009).

Quanto à evasão escolar no ensino fundamental regular, que funciona nos turnos matutino e vespertino da referida escola, a instituição adota o Mais Educação no controle da evasão escolar. Já na EJA não existe nenhum tipo de programa nem controle para a evasão. Nem mesmo a secretaria de educação tem controle desses números de alunos evadidos. Com referência ao perfil desses alunos, não há monitoramento por ambas as partes. As informações obtidas são de caráter informal.

Para Ferrari (2014), a necessidade financeira do indivíduo contribui e influência diretamente na vida escolar desses jovens e adultos, elevando o índice do fracasso escolar, levando à evasão, que costuma acontecer nas séries iniciais do ensino regular e da EJA, esses motivos ajudam no aumento do analfabetismo do país.

No que tange às possíveis ações promovidas por docentes e direção para combater a evasão em turmas da EJA do 1º ano do Ensino Fundamental na escola investigada, não há ação ou política “implementada” pela unidade e/ou pela Secretaria Municipal. A cada ano a evasão escolar na EJA aumenta. Como foi dito pela direção, a taxa de abandono escolar chega a 70% no geral, sendo 50% no 1º

ano do Ensino Fundamental da EJA, onde os alunos deveriam ser alfabetizados, pois o índice de analfabetismo na região é ainda considerado alto. A direção da escola tem outro problema sério: o relacionamento com os alunos. Não sabe lidar com esses jovens, aos quais chama de “problemas”.

Mediante a apresentação de comportamentos inadequados por parte dos jovens, a solução que a direção encontra é retirá-los da escola, e tratá-los como se fossem crianças, ameaçando a só poderem retornar a escola com a presença dos pais. Esses jovens vêm de uma desistência dos estudos regulares, repetentes, de uma família desestruturada com sérios problemas pessoais, e encontra nas escolas profissionais sem habilidades de lidar com esses problemas, com atitudes que ajudam a colocar esses alunos fora da escola pela segunda vez.

No Brasil, a desigualdade social contribui para a elevação do fracasso escolar levando a evasão dos alunos, tanto da escola regular e da EJA, pois esses jovens e adolescentes migram para a educação de jovens e adultos, questões que devem ser trabalhadas pelas políticas públicas, levando em consideração o nível de pobreza desses indivíduos, pois são os que apresentam no processo avaliativo os piores resultados, segundo Ministério da Educação - (Secretaria de Educação Infantil e Fundamental - Departamento de Políticas Educacionais), (BRASIL, 2005).

A docente que atua nesse 1º ano do Ensino Fundamental não tem formação acadêmica, apesar de atuar a 36 anos na área da educação e mais de 12 anos nessa modalidade de ensino. O mesmo acontece com a coordenadora, há 4 anos em sala de aula da EJA e na coordenação, a vice está há 12 anos em sala de aula nessa mesma escola, e há seis meses na direção.

Concorda-se, pois com o apontado por Martins (2013), de que os profissionais que atuam na docência da EJA deveriam ser capacitados para tanto, mas a realidade é bem diferente. O que encontramos são professores usando metodologias inadequadas ao invés de considerarem à característica da aprendizagem de pessoas adulta que deve ser voltada especialmente para eles com conceitos educativos específicos e diversificada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas públicas brasileiras onde a classe popular tem acesso vêm ao longo de sua História enfrentando sérios problemas que levam à evasão escolar na maioria alunos das séries iniciais do ensino fundamental regular e da EJA. As autoridades competentes não dão nenhum suporte à instituição para encontrar uma solução que venha ajudar a manter esses estudantes na escola.

O fracasso escolar decorre de diversos fatores, muitos deles atribuídos aos alunos quando na realidade, deveriam ser direcionados ao sistema escolar carente. Essa expressão significa fora do ambiente escolar, desgraça, desastre, ruína, perda, mau êxito.

Dentro desse contexto a família, o poder público e a escola tem sua contribuição nos fatores causadores da evasão escolar, que são atribuídos aos alunos. A evasão dos jovens da escola constitui um elemento negativo no processo de formação e resgate dessas pessoas para sociedade, afetando o desenvolvimento do indivíduo e do país, pois eleva a taxa de jovens e adultos fora da sala de aula e o índice do analfabetismo. A dimensão da evasão e do fracasso escolar é grande nas escolas brasileiras. Mesmo com a dimensão do problema enfrentado pelos profissionais da área de educação, existe a possibilidade de eliminar essas causas ainda que predomine na sociedade a desigualdade econômica.

Nesse contexto, temos um dos motivos do abandono do 1º ano do Ensino Fundamental da EJA, a condução das aulas comprometendo o ano letivo desses alunos concretizando a evasão escolar. O planejamento escolar é uma etapa importante para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula, e no aprendizado do alunado.

No entanto, as escolas não conseguem o plano metodológico que o Governo Estadual disponibiliza para Secretarias dos Municípios, que são repassados as escolas para elaboração de seus planejamentos didáticos.

Como foi possível observar no estágio realizado em uma escola municipal do Recôncavo Baiano, o trabalho da docente do 1º ano do Ensino Fundamental, (séries iniciais), onde a professora não realizava planejamento para suas aulas, o conteúdo era o mesmo do dia anterior, copiar algumas sílabas, um ensino voltado para educação infantil, não havia metodologia. Além de atender seus alunos

individualmente para ensinar a escrever pegando na mão do aluno, como se fossem crianças das séries iniciais quando estão aprendendo a escrever as primeiras letras.

No caso da EJA, a evasão escolar contribui para o fechamento de escolas que ofereciam vagas para essa modalidade de ensino, isso ocorre em algumas cidades da região do Recôncavo Baiano, que em virtude dos alunos evadidos das escolas foram fechadas várias instituições, por motivos de segurança pública, violência, tanto na zona urbana como na zona rural, prejudicando um número considerável de pessoas que frequentava essas instituições. Por parte dos alunos, as causas são diversas, toda essa atribuição viola as leis da educação brasileira que determina e assegura o desenvolvimento dessas pessoas através da constituição federal e LDBEN, e implica na formação escolar, atingindo esses jovens na vida social, profissional e econômica, a maioria não conseguem concluir o ensino fundamental.

Com a luta dos profissionais da educação comprometidos em ajudar o desenvolvimento dessas pessoas, no resgate de um povo massacrado pela injustiça social, torna-se inútil diante das ações dos governantes do país.

Um povo sem escola é um conjunto de pessoas alienadas sem escolha ou restritas a suas escolhas. Um país só pode se desenvolver através da educação da população, na preservação de sua cultura, na dignidade, na liberdade de expressão, e ser um indivíduo livre para expor seu ideal e atitudes.

A educação pública necessita de políticas a que venha resolver ou combater os problemas que ocorre nas escolas do país. Atitudes governamentais de apoio aos profissionais que lutam por uma educação de qualidade e bem estar de um povo, garantido o exercício da cidadania.

Este estudo buscou, através de pesquisa, enfocar a questão da evasão escolar no 1º ano do ensino fundamental da EJA, apresentado seu conceito, causas e fatores, concepções e possíveis formas teóricas. Ajudar a combater a evasão escolar é necessário um trabalho social onde envolve família, escolas e órgãos públicos na busca de alternativas para o problema.

Ao analisar a evasão escolar pontuando suas causas e fatores causadores do abandono escolar, encontramos escola não participativa, a desmotivação do aluno, a desqualificação profissional e as questões sociais, assim observamos que compete a todos componentes propor discussões no combate a esses fatos que atinge as escolas do recôncavo baiano em todos os níveis.

Reduzir a evasão escolar não se trata de fantasias, mais de um objetivo que é possível, mesmo com os fatores que solidifica esses acontecimentos. Não podemos esquecer que o professor tem o papel importante na formação do cidadão, em formar seres críticos e com capacidade de participar da sociedade na qual está inserido, para que possa expor sua opinião no processo de transformação da sociedade.

O resultado obtido com a pesquisa qualitativa mostrou percepções diferentes de um mesmo ambiente: profissionais com metodologia voltada para educação infantil, relação inadequada com o alunado, currículo seguindo os conteúdos das séries regulares, quando existe no Estado da Bahia, a proposta da EJA que ajuda aos profissionais dessa modalidade a desenvolver seu trabalho. Não foi encontrado nenhum projeto nem por parte da escola e nem da secretaria municipal no combate, acompanhamento desses alunos evadidos das salas de aula.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Política de EJA da Rede Estadual: EJA Educação de Jovens e Adultos; Aprendizagem ao Longo da vida** - Bahia, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. Parecer CNE/CEB 11/2000. **Ministério da Educação**; Conselho Nacional de Educação: Brasília-DF, 2000.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996**. - 2ª ed.- rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília - DF: MEC: SEB: DICEI, 2013.

_____. **INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Avaliação da Educação Básica**. Brasília-DF, 2005.

_____. Censo Escolar 2015. **Notas Estatísticas MEC INEP**. Brasília-DF, 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** - Brasília-DF, 2014.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**/Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo et. al., ed. - Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

FERRARI, Fernando Augusto. **As causas e Consequências do Índice de evasão no ensino médio “EJA”**. Osasco-SP, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudanças**. Paulo Freire, tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins - Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

_____. Pedagogia da Autonomia. **Saberes necessários à prática educativa**; Paulo Freire. Paz e Terra, 25ª ed. São Paulo, 1996.

_____. A importância do ato de ler; Paulo Freire. Cortez, 49ª ed. São Paulo, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta – IN: Romão, José E. et. al., – 09 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Maria Dalva Souza do Rosário; SIMAN, Sandra Marta Alves; CAMPOS, Shirley Christine; ALVARENGA, Sioneia Andrade Drumond. **Fracasso Escolar no Ensino Fundamental**. Serra - São Paulo, 2011.

MARTINS, Rose Mary Kern. **Pedagogia e andragogia na construção da educação de jovens e adultos**. Revista Ed. Popular, Uberlândia-MG, 2013.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. Educação popular e educação de adultos; 7ª ed. São Paulo, 2015.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos No Brasil**. Campinas-SP, 2010.

